BoSIR Bulletin of Sustainable and Interdisciplinary Resources

Bosir, 2027, Vol. 5, 01-12

ARTIGO ORIGINAL

DA PARTICIPAÇÃO AO PROTAGONISMO? A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ABRANGÊNCIA ESCOLAR NAS CHAMADAS PÚBLICAS DA SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2017–2026)

Carlos Magno Alhakim Figueiredo Júnior: https://orcid.org/0000-0002-9840-4681

Cícera Isaany Chaves Batista: https://orcid.org/0000-0002-0410-2560

Eric Kleinert Hammerle: https://orcid.org/0009-0008-9416-647X

Maria Amélia Chaves Lucas

Resumo

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) articula ações de popularização da ciência e educação científica no Brasil. Este artigo analisa como a participação escolar foi incorporada ao desenho das chamadas públicas operacionalizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em articulação com o ministério responsável pela área, entre 2017 e 2026. A pesquisa documental, qualitativa e descritivo-interpretativa, compara dez chamadas, considerando públicos participantes, linhas de apoio, elegibilidade e critérios de apresentação e julgamento das propostas. Os resultados mostram que o reconhecimento das escolas não começou em 2023: a Chamada nº 05/2022 já previa uma linha destinada a mostras científicas em escolas, sob a denominação de atividades relacionadas ao Mês Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em 2023 e 2024, a linha recebeu a denominação de abrangência escolar; em 2025 e 2026, passou a combinar abrangência escolar e municipal. Também se identificam referências às redes pública e particular, que impedem interpretar essa trajetória como financiamento exclusivo de escolas públicas. A comparação evidencia uma institucionalização gradual da dimensão escolar, sem autorizar a inferência de protagonismo efetivo ou aumento da participação a partir das normas. Conclui-se que as mudanças ampliam a visibilidade da escola na organização do fomento, mas seus efeitos dependem de investigação sobre a implementação dos projetos.

Palavras-chave: popularização da ciência; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; instrumentos de política pública; educação básica; participação escolar.

1 INTRODUÇÃO

A aproximação entre ciência e sociedade envolve escolhas sobre os conhecimentos que circulam, os públicos alcançados e as condições de participação. Na comunicação pública da ciência, informar, contextualizar conhecimentos e envolver cidadãos em discussões não são operações equivalentes. Lewenstein (2003) distingue modelos de déficit, contextual, de conhecimentos leigos e de participação pública, cujos objetivos e limites ajudam a examinar iniciativas de popularização sem pressupor uma evolução linear entre elas.

No Brasil, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foi instituída pelo Decreto de 9 de junho de 2004, que atribuiu sua coordenação ao então Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil, 2004). Segundo o CNPq (s.d.), a seleção de projetos da SNCT por chamadas públicas operacionalizadas pelo Conselho passou a ocorrer em 2017. Esse marco justifica o início do recorte adotado neste estudo: permite acompanhar uma sequência de instrumentos de fomento, e não corresponde à origem da participação das escolas na SNCT.

A escola ocupa lugar relevante nesse debate porque articula a aprendizagem de conhecimentos científicos com experiências sociais de estudantes e professores. Sua presença em uma ação de popularização, entretanto, pode assumir formas distintas: público participante, local de realização, instituição parceira, instituição executora ou espaço a partir do qual se organiza uma proposta. Confundir essas posições produz conclusões imprecisas sobre a democratização do financiamento.

As chamadas públicas permitem investigar parte dessas relações. Ao estabelecer linhas, requisitos, tetos de financiamento e critérios de julgamento, elas delimitam oportunidades e condicionam a apresentação dos projetos. A abordagem dos instrumentos de política pública considera essas escolhas constitutivas da ação estatal, e não simples meios administrativos para executar objetivos previamente definidos (Lascoumes; Le Galès, 2007).

A questão que orienta o artigo é: como as chamadas da SNCT de 2017 a 2026 incorporam a participação escolar e que mudanças documentais sustentam a interpretação de maior centralidade da escola no fomento? O objetivo é comparar essas formas de inserção, com atenção às escolas públicas, distinguindo mudanças na denominação das linhas, em seus requisitos e na participação efetivamente demonstrada. O argumento desenvolvido é que a dimensão escolar se institucionaliza gradualmente: há um antecedente explícito em 2022, seguido de sua nomeação como abrangência escolar em 2023 e de reconfigurações posteriores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comunicação pública e cultura científica

Divulgação científica, popularização da ciência e cultura científica se relacionam, mas não devem ser organizadas como etapas obrigatórias de uma mesma trajetória. Neste artigo, popularização designa a agenda de aproximação social da ciência expressa nas chamadas da SNCT; comunicação pública refere-se ao campo mais amplo das relações comunicativas entre ciência e públicos; cultura científica remete à inserção social da produção, do ensino e da

circulação de conhecimentos. Essas definições orientam a análise e não pretendem eliminar a diversidade de usos encontrada na literatura.

A espiral proposta por Vogt (2003) articula produção e difusão entre pares, formação de cientistas, ensino para a ciência e divulgação científica. Sua contribuição, para este estudo, está em situar as escolas em um circuito de relações entre atores e espaços, sem reduzi-las a receptoras externas de resultados produzidos nas universidades. A circulação do conhecimento envolve práticas educativas e culturais que podem se combinar, em vez de constituir domínios isolados.

A tipologia de Lewenstein (2003) também exige cautela: a existência de uma atividade escolar não demonstra, por si, participação pública nas decisões sobre ciência. Uma oficina pode transmitir informações, mobilizar experiências locais ou promover deliberação, conforme sua organização. Portanto, a denominação de uma linha de financiamento não permite classificar automaticamente os projetos como dialógicos, participativos ou emancipatórios.

2.2 Escola e participação na educação científica

Sasseron e Carvalho (2011) relacionam a alfabetização científica à compreensão de conhecimentos científicos, à natureza da ciência e às relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Essa perspectiva permite discutir a inserção escolar na SNCT para além do número de visitantes: interessa saber em que condições estudantes e professores investigam problemas, elaboram explicações e participam de práticas de produção e comunicação de conhecimentos.

A autonomia e a criticidade defendidas por Freire (1996) oferecem uma referência pedagógica para essa discussão, embora sua obra não constitua uma análise da SNCT. A aproximação aqui estabelecida é interpretativa: ações educativas que reconheçam a experiência dos participantes podem favorecer uma relação menos passiva com o conhecimento. Não se trata de atribuir ao autor uma avaliação dos editais ou de tomar seus princípios como evidência dos resultados dos projetos.

Para fins analíticos, participação escolar significa a presença de atores e instituições escolares nas atividades ou na organização dos projetos. Protagonismo escolar, por sua vez, exigiria evidências de atuação na definição das propostas, nas decisões, na gestão ou na produção de conhecimentos. O primeiro pode ser previsto em uma norma; o segundo demanda investigação de práticas. A distinção é necessária para evitar que uma oportunidade formal de submissão seja apresentada como autonomia já conquistada.

2.3 Chamadas públicas como instrumentos de política

Na perspectiva de Lascoumes e Le Galès (2007), os instrumentos de política pública estabelecem relações entre governantes e governados e produzem efeitos próprios. Aplicada ao fomento, essa abordagem leva a examinar quem está habilitado a propor, quais escalas de atuação são reconhecidas e como o mérito das propostas é definido. A abertura de uma linha escolar pode tornar iniciativas locais mais visíveis, mas não informa, isoladamente, quem consegue superar exigências administrativas ou acessar recursos.

A análise documental permite descrever essa estrutura de oportunidades e comparar suas mudanças. Seu alcance depende, contudo, da natureza das fontes: documentos de seleção registram expectativas e condições de financiamento, não a totalidade das ações realizadas. Bowen (2009) destaca tanto a utilidade dos documentos para a pesquisa qualitativa quanto a necessidade de considerar seus limites e sua inserção no processo investigativo. Assim, a leitura dos editais precisa ser separada de uma avaliação de implementação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-interpretativo, centrada nas chamadas anuais da SNCT entre 2017 e 2026. O corpus principal reúne dez instrumentos: nº 02/2017, nº 14/2018, nº 09/2019, nº 03/2020, nº 06/2021, nº 05/2022, nº 01/2023, nº 08/2024, nº 11/2025 e nº 08/2026. O decreto de criação da SNCT e a apresentação institucional do CNPq foram utilizados para contextualização, sem serem contabilizados como chamadas.

Os documentos foram localizados nos portais institucionais do CNPq, incluindo seu acervo de chamadas e o sistema e-Fomento. A conferência das versões eletrônicas ocorreu em 1º de novembro de 2026. Foram incluídos instrumentos identificados pelo órgão como referentes ao apoio à SNCT de cada ano, e excluídos editais de outras ações, como feiras e olimpíadas científicas desvinculadas desse objeto. As referências finais identificam individualmente os dez documentos e os endereços consultados.

Foram examinadas as versões disponibilizadas pelo CNPq no momento da consulta. Entre elas estão a versão de 2022 identificada como alterada em 6 de julho e a de 2023 disponibilizada após errata. O arquivo de 2025 contém a palavra “Minuta” em seu nome, mas está disponibilizado como instrumento da chamada na página oficial; os achados desse ano se referem especificamente a esse texto. Não foi reconstruída a sequência integral de todas as retificações e versões históricas de cada instrumento. Por isso, as conclusões dizem respeito ao corpus consultado, sem presumir a inexistência de outras versões.

A análise combinou leitura contextual e comparação temática, em diálogo com Cellard (2008), Bardin (2016) e Bowen (2009). Foram observadas cinco dimensões: objetivos e públicos participantes; linhas de apoio e escalas de abrangência; requisitos de proponentes e instituições executoras; informações escolares exigidas na proposta; e critérios de julgamento. As passagens referentes às escolas foram relacionadas aos itens que regulam as linhas, evitando inferir a estrutura do financiamento apenas a partir do resumo do objeto publicado nas páginas eletrônicas.

A unidade de comparação foi a previsão normativa de cada chamada. Distinguiu-se a linha de apoio, que organiza a submissão e o financiamento, da modalidade de atividade, como feira, mostra ou oficina. Uma mostra escolar prevista em uma linha territorial não equivale à existência de uma linha de abrangência escolar; inversamente, uma linha com outro nome pode conter destinação escolar explícita. Essa distinção foi decisiva para interpretar o instrumento de 2022.

As informações foram organizadas em uma matriz cronológica, apresentada no Quadro 1. A ausência de denominação escolar foi registrada somente quando não localizada entre as linhas da versão examinada, sem convertê-la em ausência de participação ou de iniciativa das escolas. Não foram analisados processos individuais, prestações de contas, entrevistas ou indicadores de aprendizagem. Também não se estimaram taxas de aprovação, execução financeira ou crescimento do atendimento, pois esses dados não integram o corpus principal.

Quadro 1. Corpus documental e formas de inserção escolar.

Ano e chamada	Linhas de apoio identificadas	Inserção escolar relevante	Localização no documento
2017 — 02/2017	A: estadual/distrital; B: intermunicipal; C: temática.	Estudantes das redes pública e particular entre os públicos prioritários; linha C voltada à matemática.	Itens 1.2 e 1.4.
2018 — 14/2018	A: estadual/distrital; B: intermunicipal.	Educação básica entre os públicos; feiras e mostras admitidas como atividades de projetos mais amplos.	Itens 1.2, 1.4 e 6.12.
2019 — 09/2019	A: estadual/distrital; B: intermunicipal.	Estudantes e instituições escolares contemplados; prioridade territorial associada ao IDHM.	Itens 1.2 e 1.4.
2020 — 03/2020	A: estadual/distrital; B: intermunicipal.	Alunos e professores das redes pública e particular entre os públicos prioritários.	Itens 1.2.1 e 1.4.
2021 — 06/2021	A: estadual/distrital; B: intermunicipal.	Escolas entre as instituições articuladas e públicos participantes; sem linha escolar específica.	Itens 1.2, 1.2.1 e 1.4.
2022 — 05/2022	A: estadual/distrital; B: intermunicipal; C: atividades do Mês Nacional de CT&I.	Linha C destinada a mostras em escolas de educação básica ou da Rede Federal.	Itens 1.3.3 e 8.1.1.5.
2023 — 01/2023	A: estadual/distrital; B: intermunicipal; C: escolar.	Denominação escolar explícita e previsão de apresentação por docentes da educação básica.	Itens 1.3.3, 1.7.1 e 7.7.
2024 — 08/2024	A: estadual/distrital; B: intermunicipal; C: escolar.	Manutenção da linha escolar e de regras voltadas à participação de docentes e escolas.	Itens 1.3.3, 1.7.1 e 8.1.1.5.
2025 — 11/2025	A: estadual/distrital; B: intermunicipal; C: escolar ou municipal.	Linha C mantém mostras escolares e previsão expressa de proposição por docentes.	Itens 1.3.3 e 5.2.2.
2026 — 08/2026	A: estadual/distrital; B: intermunicipal; C: escolar ou municipal.	Linha C limitada a um município, preferencialmente envolvendo mais de uma escola.	Itens 1.3.3 e 7.6.

Fonte: elaboração dos autores com base nas dez chamadas do CNPq (2017–2026). CT&I: ciência, tecnologia e inovação; IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. As denominações foram abreviadas para comparação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Inserção escolar e organização territorial de 2017 a 2021

As primeiras chamadas do recorte associam a popularização da ciência ao atendimento de estudantes e de outros segmentos sociais, com linhas predominantemente territoriais. Em 2017, além das abrangências estadual/distrital e intermunicipal, existe uma linha temática de matemática. Sua presença impede reduzir todo o período inicial a apenas duas linhas, mas não configura uma linha escolar: a classificação decorre do tema e da exigência de alcance intermunicipal (CNPq, 2017, item 1.4).

Nos instrumentos de 2018, 2019, 2020 e 2021, a comparação identifica as linhas estadual/distrital e intermunicipal. A dimensão escolar aparece em objetivos, públicos, articulações institucionais e atividades admissíveis. O edital de 2019, por exemplo, contempla estudantes das redes pública e particular, instituições em municípios de menor IDHM e feiras ou mostras integradas a projetos mais amplos. A avaliação já considera o atendimento ao público prioritário; portanto, a atenção ao público educacional não surge apenas nos editais posteriores (CNPq, 2018; 2019; 2020; 2021).

A inexistência de uma linha denominada escolar nesses anos não autoriza classificar as escolas como necessariamente passivas. A chamada de 2021 admite instituições públicas municipais ou estaduais de educação como executoras e exige, do responsável, formação mínima de graduação e vínculo institucional. Esses requisitos não equivalem à exclusão geral de docentes da educação básica. O achado sustentado é a ausência de uma categoria escolar específica entre as linhas examinadas, e não a impossibilidade de atuação escolar na organização de projetos (CNPq, 2021, itens 3.2 e 3.3).

4.2 O antecedente escolar da chamada de 2022

A Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 05/2022 altera a configuração observada nos anos imediatamente anteriores. Seu item 1.3.3 prevê a linha C, denominada “Atividades relacionadas ao Mês Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, destinada a mostras em escolas de educação básica ou da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A execução deve ocorrer em um único município, durante outubro, com teto de R$ 12.000,00 por proposta (CNPq, 2022).

Há, ainda, previsão de avaliação simplificada da linha C, associada ao estímulo à participação de professores da educação básica e divulgadores, respeitados requisitos de exequibilidade e adequação financeira. O instrumento também solicita a previsão de participação de alunos de escolas públicas na apresentação da abrangência. Assim, o ano de 2022 não pode ser incluído em um bloco descrito exclusivamente pela escola como destinatária indiferenciada (CNPq, 2022, itens 7.6 e 8.1.1.5).

A interpretação mais precisa é a de um antecedente funcional da linha escolar posteriormente nomeada. A denominação de 2022 está vinculada ao calendário do Mês Nacional, mas a destinação das atividades é explicitamente escolar. A comparação precisa considerar simultaneamente o nome da linha e suas condições de execução, pois a consulta apenas ao objeto geral da chamada omite essa diferenciação interna.

4.3 Explicitação da abrangência escolar em 2023 e 2024

Em 2023, a linha C passa a ser denominada “Eventos de Abrangência Escolar”. O item 1.3.3 mantém a destinação a mostras escolares em um município, recomenda envolver mais de uma escola e explicita a possibilidade de apresentação por professores da educação básica. O teto sobe para R$ 20.000,00. Trata-se de uma reformulação em relação a 2022, e não da primeira previsão de financiamento com destinação escolar identificada no corpus (CNPq, 2023).

Na versão posterior à errata, a indicação de apenas duas abrangências no objeto geral convive com três linhas no item 1.3. Essa diferença interna reforça a necessidade de ler os dispositivos operacionais. O item 7.7 estabelece informações específicas para a linha C, incluindo participação de escolas do mesmo município e previsão de alunos da rede pública. A referência ao professor como possível proponente é relevante, mas não elimina os requisitos gerais de elegibilidade e vínculo institucional (CNPq, 2023).

A chamada de 2024 preserva a denominação escolar, o teto de R$ 20.000,00 e a possibilidade de proposição por docentes. Também mantém critérios de priorização entre propostas com instituições executoras no mesmo município, envolvendo vínculo do titular com instituição pública e participação de mais de uma unidade escolar. Essas regras indicam uma orientação favorável à articulação escolar local; não constituem comprovação de que mais escolas públicas foram financiadas ou de que a rede particular deixou de ser contemplada (CNPq, 2024, itens 1.3.3 e 1.7.1).

4.4 Articulação entre escola e município em 2025 e 2026

Na versão de 2025 disponibilizada pelo CNPq, a linha C recebe a denominação “Eventos de Abrangência Escolar ou Municipal”. O texto mantém mostras em escolas, execução em um município, preferência pelo envolvimento de mais de uma unidade escolar e possibilidade de apresentação por docentes da educação básica. Preserva, também, o teto de R$ 20.000,00, enquanto explicita a preferência por essa linha na aplicação de recursos de fundações de apoio à pesquisa participantes, nas condições previstas no instrumento (CNPq, 2025, itens 1.3.3 e 5.2.2).

Em 2026, permanece a denominação escolar ou municipal e o mesmo teto nominal. O item 1.3.3 enfatiza a execução em um município e a preferência por envolver mais de uma escola, mas não reproduz, nesse item, a cláusula específica sobre apresentação por professores nem a mesma formulação de destinação a mostras escolares do ano anterior. A elegibilidade deve, portanto, ser lida nos dispositivos gerais, sem assumir identidade integral entre as versões (CNPq, 2026).

O Quadro 2 sintetiza essa trajetória. A estabilidade do teto nominal entre 2023 e 2026 não significa manutenção do poder de compra, e os valores por proposta não informam o total executado. A denominação composta pode ser interpretada como articulação entre escala local e contexto escolar, mas não demonstra, por si, expansão de recursos, descentralização decisória ou autonomia das escolas.

Quadro 2. Reconfiguração da linha de destinação escolar de 2022 a 2026.

Ano	Denominação da linha C	Teto por proposta	Previsão escolar central
2022	Atividades relacionadas ao Mês Nacional de CT&I	R$ 12.000,00	Mostras escolares em um município; avaliação simplificada prevista.
2023	Eventos de Abrangência Escolar	R$ 20.000,00	Mostras; apresentação por docente; preferência por mais de uma escola.
2024	Eventos de Abrangência Escolar	R$ 20.000,00	Manutenção das condições escolares e de prioridade institucional local.
2025	Eventos de Abrangência Escolar ou Municipal	R$ 20.000,00	Mostras e proposição docente expressas; articulação com apoio de FAPs.
2026	Eventos de Abrangência Escolar ou Municipal	R$ 20.000,00	Um município; preferência por mais de uma escola; elegibilidade geral.

Fonte: elaboração dos autores a partir do item 1.3.3 das chamadas de 2022 a 2026 e dos itens complementares indicados no texto. Valores nominais máximos previstos nas versões consultadas; não correspondem a desembolsos comprovados. FAPs: fundações de amparo/apoio à pesquisa.

4.5 Centralidade normativa e limites do protagonismo

A sequência documental sustenta uma mudança na forma de organizar o fomento: a dimensão escolar passa a dispor de uma linha explicitamente destinada a seu contexto em 2022, é nomeada como abrangência em 2023 e se combina à escala municipal em 2025. Essa interpretação é mais consistente que uma oposição entre escolas beneficiárias até 2022 e protagonistas a partir de 2023. A comparação revela sobreposições entre acesso do público, execução de atividades e organização institucional, e não a substituição completa de uma função por outra.

A trajetória também não equivale a uma política exclusiva da rede pública. As chamadas incluem públicos das redes pública e particular, ao mesmo tempo que podem solicitar indicadores sobre estudantes de escolas públicas e estabelecer prioridades ligadas a instituições públicas e vulnerabilidade territorial. A referência específica à rede pública precisa ser identificada em cada dispositivo; não deve ser estendida a toda a linha escolar como se representasse exclusividade.

Essa leitura converge com a distinção entre participação prevista e protagonismo demonstrado. A inclusão de uma categoria no edital pode favorecer propostas de escala escolar, mas a capacidade de formulá-las depende de condições que o corpus não permite medir: tempo de trabalho, apoio administrativo, infraestrutura, redes de colaboração e familiaridade com os sistemas de submissão. Tais condições constituem hipóteses para pesquisas posteriores, não resultados empíricos desta análise.

O mesmo cuidado se aplica aos efeitos educativos. A presença de estudantes em uma mostra não basta para atestar alfabetização científica, nem o envolvimento de docentes

comprova deliberação coletiva. Sasseron e Carvalho (2011) ajudam a formular questões sobre aprendizagens e práticas investigativas; Vogt (2003), sobre articulações da cultura científica. O estudo dos editais, porém, alcança as oportunidades e expectativas formalizadas, não a realização dessas possibilidades.

As principais limitações são a dependência das versões públicas consultadas, a ausência de reconstrução exaustiva das retificações e a falta de dados de execução. O arquivo de 2025 e as diferenças entre objetos gerais e linhas operacionais mostram que a própria apresentação institucional demanda leitura crítica. Uma etapa seguinte deverá confrontar as previsões com propostas aprovadas, instituições executoras, valores pagos e experiências das comunidades escolares, preservando a distinção entre texto normativo e implementação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dez chamadas da SNCT de 2017 a 2026 identificou uma institucionalização gradual da dimensão escolar no desenho do fomento. O recorte inicial combina linhas territoriais e, em 2017, uma linha temática, enquanto a educação básica já aparece nos públicos e nas atividades previstas. Em 2022, a linha vinculada ao Mês Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação apresenta destinação escolar explícita. Em 2023 e 2024, adota-se a denominação de abrangência escolar; em 2025 e 2026, a linha passa a associar escola e município.

O ano de 2023 constitui um marco de explicitação e reformulação, mas não o início absoluto do financiamento escolar no corpus. Tampouco a ausência de uma linha específica nos anos anteriores permite concluir que as escolas apenas recebiam ações organizadas por outros atores. Ao distinguir públicos, atividades, instituições executoras e linhas de apoio, o estudo oferece uma interpretação menos linear da mudança institucional.

Quanto às escolas públicas, os documentos demonstram atenção específica a esse público e, em determinados instrumentos, prioridades institucionais e territoriais. Não demonstram exclusividade de acesso, crescimento do atendimento ou transferência efetiva da gestão aos atores escolares. O protagonismo permanece uma questão empírica a investigar na execução dos projetos, e não uma consequência automática da nomenclatura das linhas.

A contribuição do artigo está em identificar continuidades e mudanças verificáveis nos instrumentos de seleção e em delimitar o alcance dessas evidências. Pesquisas futuras podem relacionar as regras aos resultados de contratação e execução, à distribuição territorial dos recursos e às experiências de professores e estudantes. Esse acompanhamento permitirá avaliar se a visibilidade normativa da escola se traduz em condições duradouras de participação na cultura científica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. Qualitative Research Journal, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009. DOI: https://doi.org/10.3316/QRJ0902027.

BRASIL. Decreto de 9 de junho de 2004. Institui a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/dnn/dnn10204.htm. Acesso em: 1 nov. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: CNPq, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/semana-nacional-de-ciencia-e-tecnologia. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada MCTIC/CNPq nº 02/2017: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2017. Versão de 20 de abril de 2017. Brasília, DF: CNPq, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2017/chamada-ndeg-02-2017/Versao_20_de_abril_de__2017.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTIC-SEPED nº 14/2018: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2018. Brasília, DF: CNPq, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2018/chamada-ndeg-04-2018-1/Chamada_14_2018.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTIC nº 09/2019: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2019. Brasília, DF: CNPq, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2019/chamada-ndeg-09-2019/Chamada_CNPq_MCTIC_092019SNCT.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTIC nº 03/2020: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — Inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Brasília, DF: CNPq, 2020. Disponível em: https://efomento.cnpq.br/efomento/documentoPublico.do?metodo=visualizar&protocolo=8606653609181317. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTI nº 06/2021: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2021. Brasília, DF: CNPq, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/2021/chamada-ndeg-06-2021/Chamada_062021_SNCT__2.0.doc. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 05/2022: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2022. Versão alterada em 6 de julho de 2022. Brasília, DF: CNPq, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/2022/chamada-ndeg-05-2022/SNCT2022Minutaalterada06julho2022.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTI nº 01/2023: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2023. Versão disponibilizada após errata. Brasília, DF: CNPq, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2023/chamada-ndeg-01-2023/Chamada_CNPq_MCTI_01_2023_20_SNCT_para_publicacao_pos_errata.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTI nº 08/2024: 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2024. Brasília, DF: CNPq, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2024/chamada-ndeg-08-2024/ChamadaPblica_SNCT2024.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada Pop Ciência CNPq/MCTI nº 11/2025: 22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2025. Arquivo disponibilizado como Minuta_Chamada_SNCT_2025__12_09_2025.pdf. Brasília, DF: CNPq, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2025/chmadano-11-2025-1/minuta_chamada_snct_2025__12_09_2025.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada CNPq/MCTI nº 08/2026 — Pop Ciência: 23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia — SNCT 2026. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/chamadas/todas-as-chamadas/chamadas-2026/chamada-no-08-2026/Chamada082026SemanaNacionaldeCT.pdf. Acesso em: 1 nov. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments — from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. Governance, v. 20, n. 1, p. 1–21, 2007. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x.

LEWENSTEIN, Bruce V. Models of public communication of science and technology. Ithaca: Cornell University, 2003. Documento de trabalho, versão de 16 de junho de 2003. Disponível em: https://hdl.handle.net/1813/58743. Acesso em: 1 nov. 2026.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. Investigações em Ensino de Ciências, v. 16, n. 1, p. 59–77, 2011. Disponível em: https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/download/246/172/482. Acesso em: 1 nov. 2026.

VOGT, Carlos. A espiral da cultura científica. ComCiência, Campinas, jul. 2003. Disponível em: https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cultura/cultura01.shtml. Acesso em: 1 nov. 2026.